



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Esclarecimento solicitado pela Associação Sindical dos Juízes
Portugueses

No passado dia 1 de Novembro, foi publicada no jornal *O Crime* uma notícia intitulada «Desembargadores suspeitos de vender sentenças», que, no seu conteúdo, referia que corria termos no DCIAP um inquérito-crime em que se investigavam factos relacionados com juízes desembargadores por supostamente «fazerem acórdãos por encomenda», alegando ainda que «têm sido inúmeras as notícias dando conta de actos de corrupção de magistrados judiciais. Porém, até hoje, nenhum juiz foi condenado em Portugal por este tipo de crime. Nos meios prisionais corre que a prática de pagar para obter acórdãos favoráveis dura há vários anos. Mas a verdade é que nunca este facto se provou. No DCIAP estes processos têm morrido nas gavetas.»

Em face desta notícia, a Procuradoria-Geral da República diligenciou junto dos departamentos competentes do Ministério Público para apurar da veracidade de tal notícia e vem agora, nos termos da alínea a), do n.º 13, do artigo 86.º do Código de Processo Penal, esclarecer que não existe nos serviços do Ministério Público qualquer processo-crime envolvendo juízes relativamente à matéria alegada na notícia.

Lisboa, 19 de Novembro de 2012

O Gabinete de Imprensa

Ana Lima